

INST.FED.DO R.G.DO NORTE/CAMPUS CURRAIS NOVOS

Termo de Referência 2/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
2/2026	158366-INST.FED.DO R.G.DO NORTE/CAMPUS CURRAIS NOVOS	FRANCARLOS MARTINS DE CARVALHO	17/04/2026 09:18 (v 0.16)
Status			
DISPONIBILIZADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		23035.003031.2024-04

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 23035.003031.2024-04)

TERMO DE REFERÊNCIA

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de serviços de Arbitragem para modalidades esportivas coletivas e individuais, afim de realizar eventos e competições esportivas organizados pelos Campi, , os termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Grupo	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL [A2] [A3]
1	1	Equipe de arbitragem para jogos de futsal. Composição: 3 árbitros, sendo 2 árbitros de quadra e 1 apontador. Os árbitros deverão estar filiados às suas respectivas federações.	18449	jogo	365	R\$ 398,00	R\$ 145.270,00
					330	R\$ 790,30	R\$ 260.799,00

2	Equipe de arbitragem para jogos de basquetebol. Composição: 5 árbitros, sendo 3 árbitros de quadra, 1 cronometrista e 1 apontador. Os árbitros deverão estar filiados às suas respectivas federações	18449	jogo			
3	Equipe de arbitragem para jogos de voleibol. Composição: 5 árbitros, sendo 2 árbitros de quadra, 2 árbitros de linha e 1 apontador. Os árbitros deverão estar filiados às suas respectivas federações	18449	jogo	345	R\$ 609,33	R\$ 210.218,85
4	Equipe de arbitragem para jogos de queimada. Composição: 3 árbitros, sendo 2 árbitros de quadra e 1 apontador. Os árbitros deverão estar filiados às suas respectivas federações	18449	jogo	267	R\$ 415,00	R\$ 110.805,00
5	Equipe de arbitragem para jogos de handebol. Composição: 4 árbitros, sendo 2 árbitros de	18449	jogo	280	R\$ 540,00	R\$ 151.200,00

	quadra e 2 apontadores. Os árbitros deverão estar filiados às suas respectivas federações					
6	Equipe de arbitragem para jogos de xadrez. Composição: 2 árbitros. Os árbitros deverão estar filiados às suas respectivas federações. A equipe de arbitragem deve disponibilizar toda a estrutura para a realização dos jogos (tabuleiros, peças, relógios etc.)	18449	jogo	300	R\$ 570,00	R\$ 171.000,00
7	Equipe de arbitragem para jogos de tênis de mesa. A composição mínima de árbitros deve ser mensurada para a arbitragem em 5 mesas simultâneas, contendo 1 coordenador operacional, 1 árbitro secretário e 5 árbitros estaduais. Os árbitros deverão estar filiados às suas respectivas federações. A equipe de arbitragem deve disponibilizar toda a estrutura para a realização dos jogos (mesas,	18449	jogo	315	R\$ 298,00	R\$ 93.870,00

	separadores, bolas e placares).					
8	Equipe de arbitragem para jogos de sinuca. A composição mínima de árbitros deve ser mensurada para a arbitragem em 5 mesas simultâneas, contendo 1 coordenador operacional, 1 árbitro secretário e 5 árbitros estaduais. Os árbitros deverão estar filiados às suas respectivas federações. A equipe de arbitragem deve disponibilizar toda a estrutura para a realização dos jogos (mesas, bolas, tacos,giz e placares).	18449	jogo	181	R\$ 298,00	R\$ 53.938,00
9	Serviço de arbitragem da modalidade de natação, ambos os sexos, conforme provas a seguir: CATEGORIAS A, B, C e D. PROVAS -25 m livre (Mas. e Fem.), 50 m livre (Mas. e Fem.), 100 m livre (Mas. e Fem.), 25 m costas (Mas. e Fem.), 25 m peito (Mas e Fem.),25 m nado borboleta (Mas e Fem.), 100 m medley	18449	Etapa	30	R\$ 8.005,55	R\$ 240.166,50

	(Mas. e Fem.), 4 x 25 m livre (Mas. e Fem.), 4 x 25 m medley (Mas. e Fem.), Revezamento 4 x 25 m Livre Misto (2 atletas femininos e 2 atletas masculinos). Composição mínima: 18 árbitros. A equipe de arbitragem deve disponibilizar toda a estrutura para a realização das provas incluindo apitos, pranchetas, som, locução, súmulas, balizamento /resultado, material de competição, pódio e cronometragem eletrônica.					
10	Serviço de arbitragem da modalidade de atletismo, ambos os sexos, conforme provas a seguir: CATEGORIAS A, B, C e D. PROVAS- 100 m (Mas. e Fem.); 200 m (Mas. e Fem.); 400 m (Mas. e Fem.); 800 m (Mas. e Fem.); 1500 m (Mas. e Fem.); 3000 m (Mas. e Fem.); 4 x 100 m (Mas. e Fem.); 4 x 400 m (Mas. e Fem.); salto em	18449	Etapa	30	R\$ 11.749,67	R\$ 352.490,10

	<p>altura (Mas. e Fem.); salto em distância (Mas. e Fem.);</p> <p>arremesso de peso (Mas. e Fem.),</p> <p>lançamento de disco (Mas. e Fem.);</p> <p>Lançamento de dardo (Mas. e Fem.).</p> <p>Composição mínima: 24 oficiais de prova, 1 árbitro de partida para provas de corrida, 1 auxiliar de partida para provas de corrida, 4 inspetores de pista, 7 chefes de prova, 1 auxiliar de secretaria, 1 locutor, 2 auxiliares de confirmação de prova, 1 auxiliar de premiação e 1 coordenador geral de evento.</p> <p>A equipe de arbitragem deve disponibilizar toda a estrutura para a realização das provas, incluindo apitos, pranchetas, som, locução, balizamento /resultado, pódio, números de peito e respectivos alfinetes, e material de competição;</p>					
11	Equipe de arbitragem para jogos de futebol	18449	jogo	211	R\$ 925,25	R\$ 195.227,75

	de campo. Composição: 1 árbitro principal, 1 apontador e 2 árbitros assistentes. Os árbitros deverão estar filiados às suas respectivas federações.					
12	Equipe de arbitragem para jogos de futebol society. Composição: 3 árbitros, sendo 1 árbitro principal, 1 árbitro assistente e 1 apontador. Os árbitros deverão estar filiados às suas respectivas federações	18449	jogo	201	R\$ 840,00	R\$ 168.840,00
13	Serviço de arbitragem para a modalidade de Judô. A composição mínima de árbitros deve ser 1 árbitro central, 2 árbitros laterais, 1 apontador, 1 cronometrista e 1 registrador. Os árbitros deverão estar filiados às suas respectivas federações. A equipe de arbitragem deve disponibilizar toda a estrutura para a realização das lutas (cadeiras, bandeiras, placar, cronômetro, campainha e	18449	jogo	196	R\$ 2.069,67	R\$ 405.655,32

		judogui azul ebranco, súmulas).					
14	Equipe de arbitragem para jogos de vôlei de praia. Composição: 4 árbitros, sendo 1 árbitro geral, 1 árbitro auxiliar, 1 cronometrista e 1 apontador. Os árbitros deverão estar filiados às suas respectivas federações.	18449	jogo	260	R\$ 330,00	R\$ 85.800,00	
TOTAL GRUPO						R\$ 2.645.280,52	

**1.1.1 A contratação será realizada por meio de pregão eletrônico – sistema de registro de preços (SRP). A opção por registro de preços deriva do fato de, pela natureza do objeto, não ser possível definir previamente o quantitativo total a ser demandado pela administração, e devido ao atendimento a mais de um órgão, conforme inciso III e V do Art 3º do Decreto nº 11.462, de 2023.**

**1.1.2 Será permitida a adesão à ata de registro de preço por todos os órgãos da Administração Pública que desejarem fazer uso da mesma, desde que autorizada pela Diretora de Administração do IFRN/Campus Currais Novos e aceita pelo fornecedor. A justificativa para esta permissão é facilitar o processo de contratação de serviços no âmbito da administração pública, tendo em vista que a adesão à ata, desde que observada a situação de preço mais vantajoso, é um processo menos moroso do que um processo licitatório comum. Os quantitativos permitidos para adesão deverão obedecer ao disposto nos parágrafos 3º e 4º do art. 22 do Decreto 11.462, de 2023.**

1.1.3 Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

Grupos	ITEM	Participantes	QUATIDADE	
			Quant. Mínima	Quant. Máx.
	1	158366 -INST.FED.DOR.G.DO NORTE/CAMPUS CURRAIS NOVOS (GERENCIADOR)	10	30
		152756 -INSTITUTOFEDERAL DO RN/CÂMPUS PARNAMIRIM	10	30
		154840 -INST.FEDRN/CAMPUS SÃO PAULO DO POTENGI	10	20
		158369 -INST.FED.DO R.G.DO NORTE/CAMPUS NATAL CENTRAL	100	150
		158373 -INST.FED.DOR.G.DO NORTE/CAMPUS JOão CâMARA	10	20
		158155 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE - CAMPUS LAJES	8	30
		158155 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE - CAMPUS JUCURUTU	5	15
		158371 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE/CAMPUS APODI	10	40
		158374 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE/CAMPUS PAU DOS FERROS	10	30
		158366 -INST.FED.DOR.G.DO NORTE/CAMPUS CURRAIS NOVOS (GERENCIADOR)	10	30



2	152756 - INSTITUTO FEDERAL DO RN/CÂMPUS PARNAMIRIM	10	30
	154840 - INST.FEDRN/CAMPUS SÃO PAULO DO POTENGI	5	10
	158369 - INST.FED.DO R.G.DO NORTE/CAMPUS NATAL CENTRAL	100	150
	158373 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE/CAMPUS JOÃO CÂMARA	6	10
	158155 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE - CAMPUS LAJES	1	30
	158155 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE - CAMPUS JUCURUTU	1	10
	158371 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE/CAMPUS APODI	10	30
	158374 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE/CAMPUS PAU DOS FERROS	10	30
3	158366 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE/CAMPUS CURRAIS NOVOS (GERENCIADOR)	10	30
	152756 - INSTITUTO FEDERAL DO RN/CÂMPUS PARNAMIRIM	10	30
	154840 - INST.FEDRN/CAMPUS SÃO PAULO DO POTENGI	10	20
	158369 - INST.FED.DO R.G.DO NORTE/CAMPUS NATAL CENTRAL	100	150
	158373 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE/CAMPUS JOÃO CÂMARA	10	20
	158155 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE - CAMPUS LAJES	8	30
	158155 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE - CAMPUS JUCURUTU	5	15
	158371 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE/CAMPUS APODI	10	20
4	158374 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE/CAMPUS PAU DOS FERROS	10	30
	158366 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE/CAMPUS CURRAIS NOVOS	10	30
	152756 - INSTITUTO FEDERAL DO RN/CÂMPUS PARNAMIRIM	10	30
	154840 - INST.FEDRN/CAMPUS SÃO PAULO DO POTENGI	5	10
	158369 - INST.FED.DO R.G.DO NORTE/CAMPUS NATAL CENTRAL	80	100
	158373 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE/CAMPUS JOÃO CÂMARA	6	10
	158155 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE - CAMPUS LAJES	1	30
	158155 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE - CAMPUS JUCURUTU	5	15
5	158371 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE/CAMPUS APODI	10	12
	158374 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE/CAMPUS PAU DOS FERROS	10	30
	158366 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE/CAMPUS CURRAIS NOVOS (GERENCIADOR)	10	30
	152756 - INSTITUTO FEDERAL DO RN/CÂMPUS PARNAMIRIM	10	30
	154840 - INST.FEDRN/CAMPUS SÃO PAULO DO POTENGI	5	10
	158369 - INST.FED.DO R.G.DO NORTE/CAMPUS NATAL CENTRAL	80	100
	158373 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE/CAMPUS JOÃO CÂMARA	10	20
	158155 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE - CAMPUS LAJES	1	30
	158155 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE - CAMPUS JUCURUTU	1	10
	158371 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE/CAMPUS APODI	10	20
	158374 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE/CAMPUS PAU DOS FERROS	10	30
	158366 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE/CAMPUS CURRAIS		

6	NOVOS (GERENCIADOR)	10	30
	152756 - INSTITUTO FEDERAL DO RN/CÂMPUS PARNAMIRIM	10	30
	154840 - INST.FEDRN/CAMPUS SÃO PAULO DO POTENGI	5	10
	158369 - INST.FED.DO R.G.DO NORTE/CAMPUS NATAL CENTRAL	100	130
	158373 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE/CAMPUS JOÃO CÂMARA	6	10
	158155 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE - CAMPUS LAJES	1	30
	158155 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE - CAMPUS JUCURUTU	5	15
	158371 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE/CAMPUS APODI	10	15
	158374 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE/CAMPUS PAU DOS FERROS	10	30
7	158366 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE/CAMPUS CURRAIS NOVOS	10	30
	152756 - INSTITUTO FEDERAL DO RN/CÂMPUS PARNAMIRIM	10	30
	154840 - INST.FEDRN/CAMPUS SÃO PAULO DO POTENGI	5	10
	158369 - INST.FED.DO R.G.DO NORTE/CAMPUS NATAL CENTRAL	70	100
	158373 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE/CAMPUS JOÃO CÂMARA	6	10
	158155 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE - CAMPUS LAJES	4	30
	158155 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE - CAMPUS JUCURUTU	5	15
	158371 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE/CAMPUS APODI	10	60
	158374 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE/CAMPUS PAU DOS FERROS	10	30
8	158366 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE/CAMPUS CURRAIS NOVOS	10	30
	152756 - INSTITUTO FEDERAL DO RN/CÂMPUS PARNAMIRIM	10	30
	154840 - INST.FEDRN/CAMPUS SÃO PAULO DO POTENGI	5	10
	158369 - INST.FED.DO R.G.DO NORTE/CAMPUS NATAL CENTRAL	20	40
	158373 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE/CAMPUS JOÃO CÂMARA	6	10
	158155 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE - CAMPUS LAJES	1	30
	158155 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE - CAMPUS JUCURUTU	1	10
	158371 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE/CAMPUS APODI	10	20
	158374 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE/CAMPUS PAU DOS FERROS	1	1
9	158366 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE/CAMPUS CURRAIS NOVOS	1	3
	152756 - INSTITUTO FEDERAL DO RN/CÂMPUS PARNAMIRIM	1	3
	154840 - INST.FEDRN/CAMPUS SÃO PAULO DO POTENGI	1	1
	158369 - INST.FED.DO R.G.DO NORTE/CAMPUS NATAL CENTRAL	2	4
	158373 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE/CAMPUS JOÃO CÂMARA	6	10
	158155 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE - CAMPUS LAJES	1	3
	158155 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE - CAMPUS JUCURUTU	1	1
	158371 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE/CAMPUS APODI	1	2
	158374 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE/CAMPUS PAU DOS FERROS	1	3

10	158366 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE/CAMPUS CURRAIS NOVOS	1	3
	152756 - INSTITUTOFEDERAL DO RN/CÂMPUS PARNAMIRIM	1	3
	154840 - INST.FEDRN/CAMPUS SÃO PAULO DO POTENGI	1	1
	158369 - INST.FED.DO R.G.DO NORTE/CAMPUS NATAL CENTRAL	2	4
	158373 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE/CAMPUS JOÃO CÂMARA	6	10
	158155 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE - CAMPUS LAJES	1	3
	158155 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE - CAMPUS JUCURUTU	1	1
	158371 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE/CAMPUS APODI	1	2
	158374 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE/CAMPUS PAU DOS FERROS	1	3
11	158366 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE/CAMPUS CURRAIS NOVOS	10	30
	152756 - INSTITUTOFEDERAL DO RN/CÂMPUS PARNAMIRIM	10	30
	154840 - INST.FEDRN/CAMPUS SÃO PAULO DO POTENGI	5	10
	158369 - INST.FED.DO R.G.DO NORTE/CAMPUS NATAL CENTRAL	50	80
	158373 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE/CAMPUS JOÃO CÂMARA	6	10
	158155 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE - CAMPUS LAJES	1	30
	158155 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE - CAMPUS JUCURUTU	1	10
	158371 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE/CAMPUS APODI	5	10
	158374 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE/CAMPUS PAU DOS FERROS	1	1
12	158366 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE/CAMPUS CURRAIS NOVOS	10	30
	152756 - INSTITUTOFEDERAL DO RN/CÂMPUS PARNAMIRIM	10	30
	154840 - INST.FEDRN/CAMPUS SÃO PAULO DO POTENGI	1	5
	158369 - INST.FED.DO R.G.DO NORTE/CAMPUS NATAL CENTRAL	50	80
	158373 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE/CAMPUS JOÃO CÂMARA	6	10
	158155 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE - CAMPUS LAJES	1	30
	158155 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE - CAMPUS JUCURUTU	1	10
	158371 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE/CAMPUS APODI	1	5
	158374 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE/CAMPUS PAU DOS FERROS	1	1
13	158366 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE/CAMPUS CURRAIS NOVOS	10	30
	152756 - INSTITUTOFEDERAL DO RN/CÂMPUS PARNAMIRIM	10	30
	154840 - INST.FEDRN/CAMPUS SÃO PAULO DO POTENGI	1	1
	158369 - INST.FED.DO R.G.DO NORTE/CAMPUS NATAL CENTRAL	30	50
	158373 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE/CAMPUS JOÃO CÂMARA	6	10
	158155 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE - CAMPUS LAJES	1	30
	158155 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE - CAMPUS JUCURUTU	1	10
	158371 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE/CAMPUS APODI	1	5
	158374 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE/CAMPUS PAU DOS		

		FERROS	10	30
	14	158366 -INST.FED.DOR.G.DO NORTE/CAMPUS CURRAIS NOVOS	10	30
		152756 -INSTITUTOFEDERAL DO RN/CÂMPUS PARNAMIRIM	10	30
		154840 -INST.FEDRN/CAMPUS SÃO PAULO DO POTENGI	2	5
		158369 -INST.FED.DO R.G.DO NORTE/CAMPUS NATAL CENTRAL	50	80
		158373 -INST.FED.DOR.G.DO NORTE/CAMPUS João CâMARA	10	20
		158155 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE - CAMPUS LAJES	1	30
		158155 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE - CAMPUS JUCURUTU	1	10
		158371 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE/CAMPUS APODI	10	25
		158374 - INST.FED.DOR.G.DO NORTE/CAMPUS PAU DOS FERROS	10	30

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.4. O serviço é enquadrado como não contínuo ou contratados por escopo.

Prazo de vigência

1.5. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados do(a) **assinatura do contrato**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.[A5]

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.[A1]

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **[ANO]**, conforme detalhamento a seguir:

- I. ID PCA no PNCP: 10877412000168-0-000004/2026;
- II. Data de publicação no PNCP: 01/04/2025;
- III. Id do item no PCA: 270,271, 272;
- IV. Classe/Grupo: 951 - SERVIÇOS FORNECIDOS POR ORGANIZAÇÕES COMERCIAL,DE EMPREGADORE DE PROFISSIONAIS;
- V. Identificador da Futura Contratação: 158366-21/2026

**2.3** O objeto da contratação está alinhado do Plano Diretor de Logística Sustentável do IFRN, especificamente em relação às seguintes informações: Diretriz Estratégica - Promover ações de práticas de compras e contratações públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais. ID - OB302. Objetivo - Criar rito interno de exigência de despacho, destacando práticas de sustentabilidade que devem ser adotadas para o processo correspondente, justificando a solução escolhida do ponto de vista também de seus impactos ambientais.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### Subcontratação

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### Garantia da contratação

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

#### Vistoria

4.3. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

### 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

#### Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 30 dias da emissão da ordem de serviço.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho.

5.1.3. Cronograma de realização dos serviços: **O cronograma de realização dos serviços será definido e divulgado após definição e conclusão do calendário acadêmico da instituição.**

#### Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

Campus	Endereço
IFRN- Campus Currais Novos	Rua Manoel Lopes Filho, nº 773. Valfredo Galvão   Currais Novos-RN   CEP: 59380-000 - Tel.: (84) 4005-4103
IFRN- Campus Parnamirim	R. Antônio de Lima Paiva, 155 - Nova Esperança, Parnamirim - RN, 59143-455. - tel,: 4005-4108

IFRN- Campus São Paulo do Potengi	RN 120, Km 2, Novo Juremal - São Paulo do Potengi-RN - CEP:59460-000 - Telefone:(84) 4005-4112
IFRN- Campus Natal Central	Av. Sen. Salgado Filho, 1559 - Tirol, Natal - RN, 59015-000 - Tel.: (84) 4005-9871
IFRN- Campus João Câmara	BR 406, Km 73, nº 3500, Perímetro Rural, João Câmara-RN   CEP: 59550-000 - Tel.: (84) 4005-4105
IFRN- Campus Lajes	BR-304, Km 120, s/n - Centro, Lajes - RN, 59535-000. Telefone: (84) 4005-4116
IFRN- Campus Jucurutu	Rodovia RN 118, KM 153, s/n. Sítio Caeira, Zona de Expansão, Jucurutu/RN. CEP: 59330-000. Telefone: (847) 4005-4119
IFRN- Campus Apodi	Rodovia RN 233, Km 02, nº 1000, Chapada do Apodi, Apodi-RN, CEP: 59700-000 - Telefone: (84) 4005-4101
IFRN- Campus Pau dos Ferros	ROD. BR 405, KM 154, Bairro Chico Cajá, Pau dos Ferros-RN, CEP:59.900-000 - Tel.: (84) 4005-4109

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: 8 às 20h.

**Rotinas a serem cumpridas**

5.3.1 A execução contratual observará as rotinas: **Rotinas a serem definidas no planejamento dos eventos esportivos, considerando os diversos esportes.**

**Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.4. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.4.1. **Os quantitativos mínimos e máximos foram definidos com base na realização de eventos de natureza similar que já ocorreram nos campi .**

5.4.2. **A contratada irá executar o serviço em data e horário combinado com os contratantes podendo as atividades desportivas ocorrerem no campus do IFRN nos endereços descritos no item 5.2 ou em algum outro parque esportivo localizado na cidade de origem do campus se o disponível no campus não for suficiente para a realização do jogos.**

**Especificação da garantia do serviço**

5.5. O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

**Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.6. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

**6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

## **Preposto**

6.5. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.6. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto *durante o período da vigência do contrato*.

6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

## **Rotinas de Fiscalização**

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

## **Fiscalização Técnica**

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.10. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.11. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.16. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

## **Fiscalização Administrativa**

6.17. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.18. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

## **Gestor do Contrato**

6.19. Cabe ao gestor do contrato:

6.19.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.19.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.19.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.19.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.19.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.19.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.19.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.19.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.19.8.1 às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.19.8.2 à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. *A avaliação da execução do objeto utilizará o [Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no [Anexo II]*

7.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.3.1 não produziu os resultados acordados,

7.3.2 deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.3.3 deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.4. *A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.*



## Recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (*cinco*) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.5.2. *Não se tratando de obra ou serviço de engenharia, para fins de recebimento provisório **será considerado a conclusão do evento esportivo.***

7.6 O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10 Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período do **evento esportivo.**

7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (*cinco*) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.19.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.19.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.19.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.19.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.19.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.[A9]

7.20. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.21. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.22 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

7.23. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.24. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.25. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.26. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.27. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.28. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 7.28.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.28.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.29. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.30. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.31. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.32. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.33. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.34. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA** de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

7.35. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.36. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.37. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.37.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A11]

7.38. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Reajuste**

7.39. *Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **16/01/2026**.*

7.40. *Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA , exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.*

7.41. *Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.*

7.42. *No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).*

7.43. *Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).*

7.44. *Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.*

7.45. *Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.*

7.46. *O reajuste será realizado por apostilamento.*

## **Cessão de Crédito**

7.47. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.47.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.47.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.47.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.47.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.48. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

## **8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. *Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 5 (cinco) dias.*

8.2.4.2. *Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.3. *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.4. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.5. *Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.6. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 3% (três por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.*

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. *O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.*

### Regime de Execução

9.2. *O regime de execução do objeto será de **empreitada por preço unitário**.*

**9.2.1 Justifica-se a escolha do regime, pois em competições esportivas, o cronograma pode sofrer alterações (W.O., adiamentos por chuva, cancelamento de equipes). Pagar por "unidade de jogo" garante que a Administração Pública pague apenas pelo que foi efetivamente executado.**

### Crítérios de aceitabilidade de preços

9.3. *Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:*

9.3.1. *Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.*

### **Exigências de habilitação**

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

### **Qualificação Técnica**

**9.26 As licitantes deverão possuir como atividade econômica principal ou secundária, um ou mais dos seguintes itens:**

**9.26.1 Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas; Produção e promoção de eventos esportivos; Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial; Agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas; Ensino de esportes; Outras atividades esportivas não especificadas anteriormente; Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente.**

### **Qualificação Técnico-Operacional**

9.41. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso .

9.41.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.41.1.1 *contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 1 (um) ano do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;*

9.41.1.2. *contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo até 50% (cinquenta por cento) do número de serviços arbitragem esportiva compatíveis em características com o objeto desta licitação, observadas as seguintes parcelas de maior relevância e valor significativo:*



9.41.1.2.1 Arbitragem em quadra/campo: Comprovação de execução de, no mínimo, 183 jogos de futsal.

9.41.1.2.2 Arbitragem em quadra/campo: Comprovação de execução de, no mínimo, 165 jogos de basquetebol.

9.41.1.2.3 Arbitragem em quadra/campo: Comprovação de execução de, no mínimo, 173 jogos de voleibol.

9.41.1.3 Os quantitativos acima foram fixados em exatamente 50% (cinquenta por cento) do total de jogos previstos para cada modalidade. Essa limitação atende ao princípio da competitividade e à jurisprudência consolidada do TCU, sendo restrita às parcelas que superam o marco legal de 4% do valor total estimado da contratação, que é de R\$ 2.645.280,52, em estrito cumprimento ao art. 67, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

9.41.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.41.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.41.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.41.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.42. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.43. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

## **Disposições gerais sobre habilitação**

9.44. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.45. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.46. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.47. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.48. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## **Documentação complementar para cooperativas**

9.48. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.48.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.48.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.48.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.48.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.48.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.48.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.48.6.1. ata de fundação;

9.48.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.48.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.48.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.48.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.48.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.48.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. *O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 2.645.280,52 (dois milhões, seiscentos e quarenta e cinco mil, duzentos e oitenta reais e cinquenta e dois centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.*

10.2. *Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:*

10.2.1 *em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;*

10.2.2. *em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;*

10.2.3. *serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou*

10.2.4 *poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.*

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Currais Novos, 11 de março de 2023.

(assinado eletronicamente)

FRANCARLOS MARTINS DE CARVALHO

Mat.: 1044257

(assinado eletronicamente)

ALEX VICTOR DE LIMA SILVA

Mat.: 3262134

(assinado eletronicamente)

FRANSUELIO MEDEIROS ROCHA DE ARAUJO

Mat.: 3262134

13. ANEXO I

ANEXO I

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ..... (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital OU Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

\_\_\_\_\_  
(Nome e Cargo do Representante Legal)

14. ANEXO II

ANEXO II  
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

Item	Medição de resultados				
Serviço de arbitragem esportiva	1	2	3	4	5
Conhecimento do regulamento geral e dos regulamentos específicos das modalidades esportivas					
Cumprimento do cronograma e dos horários estabelecidos para a realização dos eventos					
Materiais de trabalho e uniforme.					

- Na medição de resultados do serviço avaliado, a contratada poderá obter pontuação máxima de 15 (quinze) pontos. Será considerado como satisfatório o resultado que atingir, no mínimo, 7 (sete) pontos, admitindo-se uma margem de tolerância de 10% na avaliação da pontuação.
- Na situação em que a empresa obtiver pontuação menor que 7 (sete), será aplicado o desconto de 2,0% por ponto referente ao saldo correspondente a diferença entre a pontuação mínima exigida (7 pontos) e a pontuação obtida, limitado a 20%. Logo, o valor final de cada serviço executado será calculado da seguinte forma:

$$D = (Pmin - PS) * 2,0\%$$
$$VFS = VS * D$$

Onde:

Pmin = Pontuação mínima

D = Desconto

PS = Pontuação do Serviço

VS = Valor do Serviço

VFS = Valor Final do Serviço

- Será considerado como nível de desconformidade a pontuação menor que 5 (cinco). Neste cenário, além do redimensionamento dos pagamentos, ensejará à contratada às penalidades e/ou rescisão unilateral do contrato

Pontuação	Pagamento	Desconto	Situação
8 a 15	Integral	0	Satisfatório
7	Integral	0	Precisa melhorar, mas dentro da margem de tolerância
5 a 6	Parcial	Até 12,5%	Desconto será aplicado
1 a 4	Parcial	Até 20,0%	Desconto e penalidades serão aplicados

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**FRANCARLOS MARTINS DE CARVALHO**

Agente de contratação



*Assinou eletronicamente em 17/04/2026 às 09:18:29.*

**ALEX VICTOR DE LIMA SILVA**

Membro da comissão de contratação

**FRANSUELIO MEDEIROS ROCHA DE ARAUJO**

Membro da comissão de contratação

# Documento Digitalizado Público

## Serviço de Arbitragem

**Assunto:** Serviço de Arbitragem  
**Assinado por:** Francarlos Carvalho  
**Tipo do Documento:** Termo de Referência  
**Situação:** Finalizado  
**Nível de Acesso:** Público  
**Tipo do Conferência:** Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:  
■ **Francarlos Martins de Carvalho, DIRETOR(A) - CD0003 - DIAC/CN**, em 24/04/2026 10:27:47.

Este documento foi armazenado no SUAP em 24/04/2026. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

**Código Verificador:** 2562812  
**Código de Autenticação:** fce3cb4aa9

